

**Cid diz que Bolsonaro discutiu golpe com militares; ex-presidente nega**

# Cid diz que Bolsonaro discutiu golpe

Ex-ajudante de ordens afirmou à Polícia Federal que ex-presidente tratou de intervenção com militares, porém ele nega



Tenente-coronel colabora com a investigação em troca de benefícios

**HUMBERTO TREZZI**  
humberto.trezzi@zerohora.com.br**FÁBIO SCHAFFNER**  
fabio.schaffner@zerohora.com.br

O ex-ajudante de ordens Mauro Cid afirmou, em delação premiada, que o então presidente Jair Bolsonaro se reuniu com a cúpula das Forças Armadas para discutir a possibilidade de intervenção militar para anular o resultado da eleição presidencial de 2022.

Segundo informações do jornal O Globo, confirmadas por outros veículos de imprensa, Cid declarou à Polícia Federal que Bolsonaro, enquanto ainda estava na Presidência, recebeu do então assessor Filipe Martins uma minuta de decreto para prender adversários e convocar novo pleito.

Segundo Cid, Bolsonaro teria levado o documento para a alta cúpula das Forças Armadas, obtendo apoio do então comandante da Marinha, o almirante Almir Garnier Santos.

O restante do Alto Comando não teria aderido ao plano. Em janeiro, Garnier se negou a participar da passagem de comando da Marinha a seu sucessor, Marcos Sampaio Olsen, indicado pelo presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. A ausência do almirante causou mal-estar nas Forças Armadas.

Na delação, Cid disse que foi testemunha das duas reuniões, quando Bolsonaro recebeu o documento do assessor e também quando levou o material aos militares.

A investigação da PF ainda deve realizar diligências para verificar a veracidade das revelações feitas pelo delator.

**“Caluniosas”**

Em nota, a defesa de Bolsonaro negou que ele tenha participado de tramandas golpistas e afirmou que irá tomar medidas judiciais contra o que chama de “manifestações caluniosas”.

Segundo a nota, Bolsonaro “jamais tomou qualquer atitude que afrontasse os limites e garantias estabelecidas pela Constituição” e “jamais compactuou com qualquer movimento ou projeto que não tivesse respaldo em lei, ou seja, sempre jogou dentro das quatro linhas da Constituição”.

Também em nota, a defesa de Cid informou que não comentaria o assunto. Filipe Martins e o almirante Almir Garnier Santos também não se manifestaram.



Com agências de notícias

## Sancionado o Código Militar

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou ontem, com vetos, a lei que atualiza o Código Penal Militar. Um dos artigos vetados excluiria do texto da lei a punição para militares que criticarem publicamente decisões do governo. Os vetos serão analisados pelo Congresso.

A nova versão do código torna mais duras as penas para militares condenados por tráfico de drogas (de cinco para 15 anos), inclui crimes considerados hediondos (como homicídio qualificado) e prevê que casos de crimes sexuais e violência doméstica passem a ser julgados na Justiça comum.

### Repercussões

**RELATORA DA CPI QUER CONVOCAR ALMIRANTE**

A relatora da CPI do 8 de Janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), anunciou que vai pedir a convocação e quebra do sigilo telemático do almirante Almir Garnier:

– Diante do fato de hoje, o almirante passa a ser uma pessoa absolutamente fundamental. (...) Eu elencaria essas duas figuras (Garnier e Mauro Cid) como muito centrais para a reta final dos trabalhos da CPI.

• Eliziane afirmou que os fatos delatados por Mauro Cid podem apresentar provas sobre a autoria intelectual dos atos golpistas.

**“FORÇAS ARMADAS NÃO QUISERAM GOLPE”, DIZ MÚCIO**

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou que o governo vai buscar esclarecer a suposta participação de militares em uma trama golpista.

• Múcio também afirmou que as suspeitas lançadas sobre a cúpula das Forças Armadas “constrangem”, mas ressaltou que as pessoas supostamente envolvidas não estão mais na ativa

– A única certeza que tenho é a de que as Forças Armadas não quiseram um golpe. Graças a isso estamos aqui – afirmou o ministro.

**MARINHA DIZ QUE POSIÇÃO NÃO REFLETE A FORÇA**

• Em nota, a Marinha alegou que “pauta sua conduta pela fiel observância da legislação, valores éticos e transparência” e que “eventuais atos e opiniões individuais não representam o posicionamento oficial da Força”. Disse ainda que “permanece à disposição da Justiça” para contribuir com as investigações.

• O Exército também divulgou nota, afirmando que não teve conhecimento da delação de Cid e que “não se manifesta sobre processos apuratórios em curso”.

### Perguntas e respostas

Considerado o assessor mais próximo do então presidente Jair Bolsonaro durante seus quatro anos de mandato no Palácio do Planalto, o tenente-coronel Mauro Cid precisará apresentar provas que sustentem todos os atos ilegais que narrar à Polícia Federal. Confira abaixo como funciona a delação.

**POR QUE MAURO CID FOI PRESO?**

O ex-ajudante de ordens foi preso em 3 de maio, por suspeita de envolvimento na falsificação de carteiras de vacinação. O militar teria agido para emitir certificados falsos para si, para a família, além de Bolsonaro e a filha Laura.

**POR QUE MAURO CID DECIDIU COLABORAR COM AS INVESTIGAÇÕES?**

Após trocar duas vezes de advogado, Mauro Cid passou a ser defendido no final de agosto pelo criminalista gaúcho Cezar Bitencourt. Crítico contumaz das delações premiadas, logo Bitencourt sinalizou que o cliente poderia firmar acordo de colaboração, principalmente após surgirem fortes indícios de envolvimento no desvio de joias recebidas por Bolsonaro em viagens ao Exterior. Diante da gravidade dos novos fatos, a colaboração seria forma de deixar a cadeia após quatro meses e atenuar eventual punição.

**QUANDO FOI FEITO O ACERTO DA DELAÇÃO?**

Em 6 de setembro, Cid entregou pessoalmente ao Supremo Tribunal Federal o pedido de adesão à colaboração premiada. Antes, o militar já havia prestado vários depoimentos, colaborando com as investigações – em um deles, falou por 12 horas. O pedido foi submetido ao ministro Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos contra Cid. O acordo foi conduzido pela PF, à revelia do Ministério Público Federal.

**POR QUE MAURO CID FOI SOLTO?**

Mauro Cid deixou a prisão em 9 de setembro, por determinação do ministro Alexandre de Moraes. A soltura foi pedida pela defesa logo após a entrega ao STF do “termo de intenção” de delação premiada, no qual o advogado narra os termos do acordo com a PF e resume as principais revelações a serem feitas pelo cliente, com indicativo das provas a serem apresentadas. O acordo foi homologado por Moraes.

**QUAIS AS CONDIÇÕES DA LIBERDADE DE MAURO CID?**

Ao soltar Mauro Cid, Alexandre de Moraes impôs algumas restrições. O militar precisou usar tombozeira eletrônica, entregar os passaportes e se apresentar toda segunda-feira à Justiça. Está proibido de deixar Brasília e de sair de casa à noite e aos finais de semana. Também não pode usar redes sociais, tampouco se comunicar com os demais investigados, entre outros.

**COMO MAURO CID PODE SER BENEFICIADO PELA DELAÇÃO PREMIADA?**

Os termos do acordo são sigilosos. A lei prevê redução de pena em dois terços ou até mesmo perdão judicial. A flexibilização também pode resultar em prisão domiciliar. Um dos acertos que teriam sido firmados é para evitar que sua delação seja usada como prova contra sua família, incluindo o pai, o general Mauro Lorena Cid. Isso não impede que a PF use outras provas contra seus familiares, apenas não usará as informadas por ele.

**O QUE A PF E O SUPREMO BUSCAM COM A DELAÇÃO?**

Nos termos da Lei 12.850, que regulamentou a delação, o principal objetivo é identificar o líder da suposta organização criminosa, seus demais membros e os crimes praticados, com revelação da estrutura hierárquica e tarefas designadas. No caso específico de Cid, um dos focos da colaboração é descobrir a atuação de Jair Bolsonaro na venda das joias sauditas, na operação de um suposto caixa 2 dentro do Palácio do Planalto e nos atos antidemocráticos que resultaram nas invasões em 8 de janeiro.

**QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS DA DELAÇÃO?**

Após os depoimentos iniciais, Cid precisa apresentar elementos de comprovação do que relatou, como documentos, mensagens, extratos, faturas de cartão crédito, passagens e recibos. Cada fato é checado pela PF. Ele também pode ser chamado a prestar novos esclarecimentos, seja sobre fatos já narrados ou sobre novidades que surjam no decorrer da investigação. Após a conclusão dos inquéritos, cabe ao Ministério Público Federal oferecer denúncia.

**O QUE ACONTECE SE MAURO CID DESCUMPRIR O ACORDO?**

O acordo pode ser rescindido a qualquer momento caso seja descoberta qualquer omissão dolosa por parte do colaborador. Os termos também podem ser anulados se o delator não cessar sua conduta ilícita ou descumprir alguma condicionante.

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 7